

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA: CONDIÇÃO DA AÇÃO OU FACULDADE DO EMPREGADO?

*Adriana Preti Nascimento**

*Joabe Ventura***

RESUMO

A criação das Comissões de Conciliação Prévia é uma reivindicação antiga da doutrina, de forma a tentar desafogar a Justiça do Trabalho do excessivo número de processos. O texto consiste na discussão existente entre a doutrina e a jurisprudência atuais sobre a constitucionalidade da condição criada pela Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000, que acrescentou os artigos 625-A a 625-H à CLT, obrigando o empregado a submeter previamente as demandas trabalhistas às Comissões de Conciliação Prévia, antes de submetê-las ao Poder Judiciário. Para demonstrarmos que a exegese da lei é constitucional, explicaremos quais os limites, funcionamento, os procedimentos das sessões, o termo de conciliação e a frustração da tentativa das demandas submetidas às Comissões, bem como trataremos sobre os pareceres de juristas de renome.

Palavras-chave: Comissão de Conciliação Prévia; Lei nº 9.958/2000

* Mestre em Direito Processual Civil Coletivo. Professora de Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de São Paulo e da Faculdade FAPAN. Advogada.

** Acadêmico do 9º semestre da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de São Paulo.

ABSTRACT

The creation of the Commissions of Previous Conciliation is an old claim of the doctrine, of form to try to disencumber the Justice of the Work of the extreme number of processes. The text consists of the existing quarrel between the current doctrine and jurisprudence on the constitutionality of the condition created for the Law nº 9.958, of 2000, 12th January, that it added articles 625-A 625-H to the CLT, compelling the employee to previously submit the working demands to the Commissions of Previous Conciliation, before submitting them to the Judiciary Power. To demonstrate that exegese of the law is constitutional, we will explain which the limits, functioning, the procedures of the sessions, the term of conciliation and the frustration of the attempt of the demands submitted to the Commissions, as well as we will bring on them to seem of reputation jurists.

Keywords: Commission of Previous Conciliation; Law nº 9.958/2000.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão do leitor, antes de iniciar o debate sobre o tema faz-se necessário localizar a matéria que será discutida e analisada. A criação das Comissões de Conciliação Prévia é uma reivindicação antiga da doutrina, de forma a tentar desafogar a Justiça do Trabalho do excessivo número de processos.

Foram instituídas pela Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000¹, que acrescentou os artigos 625-A a 625-H à CLT, estabelecendo regras sobre as Comissões de Conciliação Prévia e permitindo a execução de título extrajudicial na Justiça do

¹ Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000 – DOU DE 13/1/2000 – Altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre as Comissões de Conciliação Prévia e permitindo a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho.

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
ADRIANA PRETI NASCIMENTO, JOABE VENTURA

trabalho. As referidas Comissões foram regulamentadas pela Portaria MTE 329/2002², posteriormente alterada pela Portaria MTE 230/2004³.

O principal objetivo das Comissões de Conciliação Prévia é possibilitar que empregado e empregador tentem solucionar, na esfera extrajudicial, conflitos trabalhistas oriundos do contrato individual de trabalho, dando mais agilidade na perspectiva de assegurar os direitos dos trabalhadores demitidos e desenvolver uma resposta à morosidade da Justiça do Trabalho. Dessa forma, as empresas e os sindicatos podem instituir as Comissões de Conciliação Prévia, que terão composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho. Essas comissões poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.

1. LIMITES

A Comissão conciliará exclusivamente conflitos que envolvam trabalhadores pertencentes à categoria profissional e à base territorial das entidades sindicais que as tiverem instituído. Deverá limitar-se a conciliar direitos ou parcelas controversas, excluídos de eventual transação direitos ou flexibilização de normas de ordem pública, tais como: período de repouso, segurança e medicina do trabalho, assistência ao empregado na rescisão de contratual e conflitos coletivos ou parcelas líquidas e certas, a exemplo de saldo de salário e férias vencidas.

² Portaria n. 329, de 14 de agosto de 2002 (*) Republicada no DOU de 20/08/2002, por ter saído com incorreção, do original, no DOU de 15/08/2002 – Alterada pela PORT/MTE 230/2004, de 21/05/2004 – DOU 24/05/2004 – Estabelece procedimentos para a instalação e o funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia e Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista.

³ Portaria n. 230, de 21 de maio de 2004 (*) Publicada no DOU em 24/05/2004.

Não pode ser objeto de transação o percentual devido a título de FGTS, inclusive a multa de 40% sobre todos os depósitos devidos durante a vigência do contrato de trabalho, nos termos da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

2. FUNCIONAMENTO

O trabalhador, com orientação do sindicato, formula a reclamação de direitos não-pagos, e após a formalização, a comissão tem o prazo de 10 dias para realizar a primeira reunião. A partir desse momento, abre-se um processo de negociação das questões reclamadas, com a possibilidade de as partes apresentarem provas. Os cálculos sobre o valor da reclamação são feitos pelo sindicato e apresentados para a comissão, e se houver acordo, a empresa tem 72 horas para efetuar o pagamento acertado na comissão; caso contrário, a reclamação é encaminhada à Justiça do Trabalho.

3. SESSÕES DE CONCILIAÇÃO

O convite de comparecimento à sessão de conciliação deve ser acompanhado de cópia da demanda. As partes devem ser informadas, no convite e ao início da sessão de conciliação, de que:

- I – a Comissão tem natureza privada e não integra o Poder Judiciário;
- II – o serviço é gratuito para o trabalhador;
- III – a tentativa de conciliação é obrigatória, mas o acordo é facultativo;
- IV – o não-comparecimento do representante da empresa ou a falta de acordo implica tão-somente a frustração da tentativa de conciliação e viabiliza o acesso à Justiça do Trabalho;
- V – as partes podem ser acompanhadas de pessoa de sua confiança;
- VI – a quitação passada no termo de conciliação firmado pe-

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
ADRIANA PRETI NASCIMENTO, JOABE VENTURA

rante a Comissão de Conciliação Prévia somente se refere aos direitos expressamente reclamados pelo trabalhador na demanda, independentemente de ressalvas;

VII – aos direitos objeto da conciliação poderá ser dada quitação total, devendo-se ressaltar as parcelas referentes a esses em relação às quais não se tenha atingido a conciliação;

VIII – o termo de acordo constitui título executivo extrajudicial, sujeito, no caso de descumprimento, à execução na Justiça do Trabalho;

IX – as partes podem ser atendidas em separado pelos respectivos membros representantes para esclarecimentos necessários, assegurando-se a transparência do processo de conciliação.

4. TERMO DE CONCILIAÇÃO

A conciliação deverá ser reduzida a termo, que será assinado em todas as vias pelas partes e membros da Comissão, fornecendo-se cópias aos interessados. O termo de conciliação deverá ser circunstanciado, especificando direitos, parcelas e respectivos valores, ressalvas, bem como outras matérias objeto da conciliação.

5. FRUSTRAÇÃO DA CONCILIAÇÃO

Se não houver conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada, com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão.

6. PRESCRIÇÃO

O prazo prescricional fica suspenso a partir da provocação da Comissão, começando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo previsto.

7 – PROCESSO DE EXECUÇÃO

Os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia, dentre outros, serão executados na

forma do artigo 876 – *caput*⁴ da CLT (redação dada pela Lei n. 9.958/2000) e dos artigos 877 a 892 do mesmo diploma legal.

8. NECESSIDADE DA SUJEITAÇÃO DA DEMANDA À COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Uma das questões que têm suscitado mais controvérsias, tanto no meio doutrinário como no jurisprudencial, diz respeito à necessidade ou não de o empregado, antes de propor ação judicial para reclamar seus direitos trabalhistas, submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal prosseguiu com o julgamento da ADIn n. 2.160 que se iniciou em idos de 2000 quanto à constitucionalidade da redação do artigo 625-D da CLT, que impõe que toda demanda trabalhista seja previamente submetida à tentativa de conciliação em Comissões de Conciliação Prévia. Mesmo ainda não concluído o julgamento, que foi mais uma vez adiado, pois o Ministro Joaquim Barbosa pediu vistas aos autos, a causa já conta com quatro votos a favor da inconstitucionalidade.

Indaga-se: Quais as razões para não se considerar tal exigência como uma condição da ação ou mesmo justificável pela necessidade de estimular a autocomposição das partes tal como ocorre em outros países como a Argentina, Uruguai e Espanha?⁵

⁴ Art. 876 da CLT – As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo. (Redação dada pela Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000.)

⁵ “Aliás, o mesmo critério da obrigatoriedade, adotado pela lei brasileira, é o de outros países, como a Argentina, onde órgão do Ministério do Trabalho e Seguridade Social (SECLO) expede um certificado de que foi esgotado o procedimento de conciliação obrigatória realizado perante um profissional designado pelo Estado para íntegra lista de espe-

A questão não é novidade no ordenamento jurídico brasileiro. A necessidade de negociação já foi previsto na Constituição do Império de 1824:

Releva notar que, no sistema brasileiro, a necessidade de negociação como uma condição para o ajuizamento de ações (à época, individuais) já foi prevista na Constituição do Império, de 1824, no seu art. 161, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará processo algum. Essa tentativa de conciliação era realizada perante juizes de paz, conforme previsão contida no art. 162 da mesma carta.⁶

O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal determina que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário

cialistas, elaborada pelo Ministério da Justiça, dentre profissionais da área jurídica; O Uruguai, em cujo ordenamento jurídico de acordo com o Decreto-Lei n. 14.188, de 6 de dezembro de 1974, não é possível iniciar um processo judicial trabalhista se antes não há a tentativa de conciliação prévia perante o *Ministerio de Trabajo y de Seguridad Social*; e a Espanha, onde, durante as últimas décadas, duas conciliações, ambas obrigatórias, existiram, uma sindical e outra judicial, a primeira introduzida pela lei de 6 de dezembro de 1940, sobre *Bases de la Organización Sindical*, e que foi mantida pela Lei Sindical de 1971, virtualmente desaparecida com a extinção do sindicato vertical até que, em 1979, um Real Decreto Legislativo criou o *Instituto de Mediación, Arbitraje y Conciliación*, que no artigo 5º prevê a conciliação obrigatória, mantida pela *Ley de Procedimiento Laboral* (RDL 521/1990), artigo 63, que declara: “Será requisito prévio para a tramitação do processo a tentativa de conciliação perante o serviço administrativo correspondente ou perante o órgão que assuma essas funções, que poderá constituir-se mediante os acordos interprofissionais ou Convênios Coletivos a que se refere o artigo 83 do Estatuto dos Trabalhadores”, excepcionados dessa exigência alguns tipos de processos”. (NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 383).

⁶ PISCO, Claudia de Abreu Lima. *Acesso à Justiça e a Tentativa de Conciliação Prévia de Conflitos Trabalhistas*. São Paulo, v. 72, n. 01, p. 87-96, jan., 2008.

lesão ou ameaça de direito, e o artigo 114 do mesmo diploma legal reza que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, entre outros, as ações oriundas da relação de trabalho. Assim sendo, o artigo 625-D da CLT estabelece que, se na localidade da prestação de serviço houver sido instituída a comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria, qualquer demanda trabalhista será a ela submetida:

Art. 625-D – Qualquer demanda de natureza trabalhista **será submetida** [grifo nosso] à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

Para Sérgio Pinto Martins, a submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia é obrigatória, como se transcreve:

Emprega o art. 625-D da CLT o verbo “será”, no imperativo. Isso indica que o empregado terá de submeter sua reivindicação à comissão antes de ajuizar a ação na Justiça do Trabalho. O § 2º do mesmo artigo também usa o verbo “dever” no imperativo para efeito de juntar com a petição inicial da reclamação trabalhista a declaração frustrada da tentativa de conciliação.⁷

No mesmo sentido, Amauri Mascaro do Nascimento entende que a obrigatoriedade da tentativa de conciliação prévia ao processo judicial não afeta o princípio da inafastabilidade do direito à jurisdição:

Discute-se se a obrigatoriedade de tentativa de conciliação prévia ao processo judicial afeta o princípio da inafastabilidade do direito à jurisdição; a resposta nos parece negativa, uma

⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito Processual do Trabalho – Doutrina e prática forense*. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 55.

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
ADRIANA PRETI NASCIMENTO, JOABE VENTURA

vez que nada impede a parte de ir ao Judiciário, pois, não havendo conciliação, poderá ingressar com a ação judicial. (...).⁸

Tal submissão constitui condição da ação para o ajuizamento da reclamação trabalhista. Se não for observada, o processo deve ser extinto sem julgamento de mérito conforme reza o inciso VI do artigo 267 do CPC:

Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

(...)

“VI – quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual;”.

Ada Pellegrini Grinover menciona não ser inconstitucional a proposta que estabelece a tentativa obrigatória da conciliação prévia, que não iria contrariar o inciso XXXV do artigo 5º da Carta Magna, pois “O direito da ação não é absoluto, sujeitando-se a condições (as condições da ação), a serem estabelecidas pelo legislador”.⁹

As condições da ação também podem decorrer da lei, pois o rol estabelecido no artigo 267 do CPC é exemplificativo e não taxativo:

Isso demonstra que as condições da ação não são apenas a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual, sendo a determinação legal exemplificativa e não exaustiva. A lei poderá estabelecer outras condições para o exercício do direito de ação.¹⁰

⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 383.

⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. *A condição extrajudicial na Justiça do Trabalho*. O processo em evolução. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, p. 94.

¹⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. *Op. cit.*, p. 55.

A exigência da apreciação da demanda pela Comissão de Conciliação Prévia, embora possa retardar a ação judicial, não impede, portanto, o acesso à Justiça. Dessa forma, entende-se que não fere as disposições do inciso XXXV, artigo 5º da Constituição Federal. Dessa forma, o empregado não pode intentar ação trabalhista sem antes ter submetido a demanda à Comissão de Conciliação Prévia existente no âmbito da empresa ou no sindicato da categoria.

A jurisprudência também caminha no sentido de entender ser uma condição da ação a submissão prévia da demanda às comissões de conciliação. Vejamos algumas decisões favoráveis à exigência da demanda à CPP:

RECURSO DE REVISTA. OBRIGATORIEDADE DE SUBMISSÃO DA DEMANDA À COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. ARTIGO 625-D DA CLT. PRESSUPOSTO PROCESSUAL NEGATIVO. IMPOSIÇÃO LEGAL. O artigo 625-D da CLT, que prevê a submissão de qualquer demanda trabalhista às Comissões de Conciliação Prévia (quando existentes na localidade), antes do ajuizamento da reclamação trabalhista, constitui pressuposto processual negativo da ação laboral (a dicção do preceito legal é imperativa será submetida, e não facultativa, poderá ser submetida). Outrossim, o dispositivo em tela não atenta contra o acesso ao Judiciário, garantido pelo artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal, uma vez que a passagem pela CCP é curta (CLT, artigo 625-F), de apenas 10 dias, e a Parte pode esgrimir eventual motivo justificador do não-recurso à CCP (CLT, artigo 625-D, parágrafo quarto). In casu, é incontroversa nos autos a existência da Comissão e o Reclamante ajuizou a ação sem o comprovante de frustração da conciliação prévia (CLT, artigo 625-D, parágrafo segundo) e sem justificar o motivo da não-submissão da controvérsia à CCP. Assim, a ausência injustificada do documento exigido pelo artigo 625-D, parágrafo segundo, da CLT, importa na extinção do processo

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
ADRIANA PRETI NASCIMENTO, JOABE VENTURA

sem julgamento do mérito, com base no artigo 267, IV, do CPC. Recurso de revista provido.¹¹

RECURSO DE REVISTA. - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO: SUBMISSÃO DA DEMANDA À COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. ART. 625, “D”, DA CLT. A obrigatoriedade imposta no art. 625-D da Consolidação das Leis do Trabalho, inserto no Título VI-A desse diploma Legal acrescentado pela Lei nº 9.958/2000, não afronta o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário porque não impede o ajuizamento de ação visando à satisfação das pretensões ressaltadas ou a declaração de nulidade do ajuste celebrado perante a comissão. A conciliação constitui precedente fundamental no processo do Trabalho, estando intimamente ligada à sua finalidade histórica, alçada à condição de princípio constitucional, dispondo o art. 114 da Lei Maior: “Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos...”, podendo ser citados outros exemplos na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação correlata. A “novidade” introduzida com a mencionada legislação compatibiliza-se com a função institucional da Justiça de Trabalho, revelando-se excelente instrumento de solução rápida e mais adequada dos conflitos, porque inserido no seio de convivência das partes envolvidas, fora a grande economia processual daí advinda. Contra o argumento da vedação do acesso ao Judiciário, pode-se invocar, ainda, a disposição do art. 625-F da CLT, que fixa o prazo de 10(dez) dias para a realização da conciliação, sendo que exaurido, in albis o mesmo, o interessado poderá invocar a proteção dos §§ 2º e 3º do art. 625-D da CLT. Recurso provido.¹²

¹¹ TST-RR-663/2004-009-12-00, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJ de 28/10/2005.

¹² TST-RR-663/2004-009-12-00, 4ª Turma, Rel. Min. Barros Levenhagen - DJU de 04/11/2005.

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - DEMANDA TRABALHISTA - SUBMISSÃO - OBRIGATORIEDADE - 1. A Lei 9.958/00, ao introduzir o artigo 625-D na CLT, elevou à condição da ação a submissão de demanda trabalhista às Comissões de Conciliação Prévia. Não se pode perder de vista que, conquanto não haja previsão expressa de sanção para a inobservância da norma, caso instalada Comissão na localidade, a dicção legal é imperativa: a demanda será submetida à Comissão que, de resto, é qualificada como Prévia. Ademais, patente o escopo da Lei de implantar a Comissão como mecanismo alternativo destinado a evitar, tanto quanto possível, a judicialização da lide trabalhista. 2. Tudo conduz, pois, à convicção de que a invocação da Comissão de Conciliação Prévia é obrigatória, salvo para a Administração Pública, razão pela qual a ausência de provocação da Comissão, instituída no âmbito da empresa ou do sindicato, anteriormente à propositura da ação, enseja a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de interesse de agir (art. 267, VI, do CPC). 3. Recurso de revista conhecido e provido.¹³

A criação da obrigatoriedade trazida pela Lei 9.958/200 trouxe inquestionavelmente maior rapidez à resolução dos conflitos trabalhistas, haja vista que tem desafogado a enorme quantidade de processos da Justiça do Trabalho, ainda mais se relembrarmos do aumento considerável das demandas trazidas com o advento da Emenda Constitucional nº 45.¹⁴

¹³ TST-RR-50957 - 1ª Turma, Rel. João Oreste Dalazen - DJU de 19/11/2004.

¹⁴ A Emenda Constitucional nº 45 aumentou a competência da Justiça do Trabalho quando acrescentou os incisos I a IX ao Art. 114 da Constituição Federal: Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II – as ações que envolvam exercício do direito de greve; III – as ações sobre

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Comissão de Conciliação prévia tem por objetivo harmonizar os interesses das partes envolvidas (empregado e empregador). A Justiça do Trabalho há muito tempo deixou de atuar com a agilidade e a eficiência esperadas. Os juízes estão indo além do limite da capacidade produtiva e os processos se acumulam e se amontoam num ritmo avassalador. Os recursos humanos e mecânicos colocados à disposição dessa Justiça Especializada são insuficientes.

A eficácia liberatória geral e a questão do empregado não mais poder reclamar qualquer valor na Justiça do Trabalho talvez tragam aos empregadores grande interesse na criação de comissões no âmbito da empresa. No caso dos trabalhadores, diante da hipossuficiência perante seu empregador, o Estado, em vez de implementar formas de tentativa de conciliação pura e simples, deve fazê-lo levando em consideração que fraudes poderão ocorrer, cabendo a ele e ao representante dos empregados fiscalizarem para que não aconteçam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV – os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; VII – as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; VIII – a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

REVISTA DA FACULDADE
DE DIREITO

CLT DINÂMICA. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <<http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html>>. Acessado em 24/02/2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *A condição extrajudicial na Justiça do Trabalho*. O processo em evolução. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito Processual do Trabalho* – Doutrina e prática forense, 25. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Comissões de Conciliação Prévia. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/com_conciliacao/default.asp>. Acessado em 24/02/2008.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. “TST extingue demanda não submetida à conciliação prévia”. Disponível em: <http://ext02.tst.gov.br/pls/no01/no_noticias.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=4600&p_cod_area_noticia=ASCS>. Acessado em 24/02/2008.

BRASIL. LEI Nº. 9.958 - DE 12 DE JANEIRO DE 2000. Altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre as Comissões de Conciliação Prévia e permitindo a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9958.htm>. Acessado em 24/02/2008.